

Curso atrai alunos de vários países da América do Sul

ALANA GANDRA/ABR

Trinta e cinco alunos da Colômbia, Bolívia, Costa Rica, Nicarágua, do Uruguai, Panamá e de El Salvador integram a segunda turma do curso de pós-graduação em análise econômica da integração energética. O Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) iniciou ontem as aulas. A primeira turma recebeu, no ano passado, 25 alunos estrangeiros, procedentes principalmente do Peru.

“O curso visa criar cultura a favor da integração energética”, afirmou o coordenador do Gesel, professor Nivalde de Castro. Ele explicou que como o Brasil tem uma posição catalizadora nesse processo - “é a maior economia,

o maior mercado de energia elétrica, a maior rede de transmissão de energia da América Latina” - ele pode fazer essa integração, aproveitando o excedente da energia gerada nos demais países, cujos mercados são reduzidos.

Embora tenham um potencial hidrelétrico grande, os países da América do Sul não podem construir usinas hidrelétricas para aproveitamento máximo porque o mercado deles é pequeno. “E o Brasil entrando, pode trazer essa energia para o país e viabilizar economicamente a construção de usinas maiores”, avaliou Castro.

O curso se estenderá por dez meses, incluindo visitas às usinas de Itaipu, Jirau, Santo Antonio, Simplício, e a laboratórios, além de pales-

tras com as principais autoridades do setor elétrico nacional. Na turma de 2009, participaram 25 alunos brasileiros, funcionários das empresas do Sistema Eletrobras. Este ano, o Gesel decidiu reduzir o número de integrantes brasileiros do curso para 15, de modo a elevar o total de participantes estrangeiros.

A primeira atividade extracurricular da turma será o 5º Seminário Internacional do Setor de Energia Elétrica: Integração com Energia Renovável, que o Gesel promove amanhã (24) e depois (25) no Rio de Janeiro. Serão abordados no encontro os setores elétricos da Colômbia, do Peru, da Bolívia e América Central. “O foco é a integração energética”, salientou Nivalde de Castro. Para o econo-

mista do Gesel, o desafio para a integração está concentrado na criação de normas de regulação e operação dos mercados. Ele lembrou que para trazer energia ao Brasil, os contratos das usinas hidrelétricas devem ser de longo prazo, por 30 anos.

“Então, deve ter tratados que determinem isso e normas de regulação e operação que aceitem essa interface entre os dois países”. A elaboração de tratados bilaterais, como o firmado recentemente pelas autoridades do Brasil e Peru, pode facilitar esse processo, porque define os parâmetros da integração. “A gente está otimista, porque está conseguindo vencer toda a resistência e o medo de que a integração é problemática. E não é”, assegurou Castro.

Energia eólica deve ter grande demanda em leilão feito hoje

Rio — O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, disse ontem, que há um forte otimismo com relação ao leilão de energia eólica e de biomassa que acontece hoje. Sem querer revelar o volume estimado para ser arrematado entre os 10 mil MW que serão ofertados — “isso é um segredinho”, disse — Tolmasquim avaliou que “boa parte terá saída”. Sua avaliação, disse, está baseada principalmente na disposição dos investidores em energia eólica, que são maioria, e na rentabilidade alta prevista pelos que apostam na área de biomassa.

“Ao contrário do passado, quando ter geração de energia numa unidade de produção de etanol era apenas um complemento de renda, agora a geração é importante para gerar fluxo de caixa”, avaliou. Tolmasquim destacou que, apesar da geração

eólica ser tradicionalmente mais cara do que a de biomassa, a expectativa de rentabilidade de ambas é bastante diferente e isso faz com que ambas sejam competitivas entre si. Segundo ele, enquanto no setor elétrico a rentabilidade média é de 10% a 12%, na geração com biomassa este índice chega a 17%. “Na geração eólica é comum encontrarmos rentabilidade inferior a 10%”, disse.

Tolmasquim também demonstrou bastante otimismo com relação ao leilão de A-5 (leilão de contratação de energia proveniente de novos empreendimentos), que vai acontecer em dezembro. Segundo ele, é praticamente certo que a usina de Teles Pires, localizada no Mato Grosso, com 1,8 mil MW, será ofertada na ocasião. “Eu estava temeroso de que isso não seria possível, mas em conversa com o presidente do Ibama na semana passada recebi uma resposta bastante positiva de que

a concessão da licença é prioridade para os próximos meses”, disse, lembrando que a usina não está próxima a áreas indígenas ou quaisquer reservas ambientais.

Em entrevista durante evento promovido pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, Tolmasquim também voltou a dizer que o Brasil está preparado para atender ao crescimento da demanda por energia elétrica, mesmo que o PIB se eleve em torno de 7% ao ano até 2014. Caso o crescimento do PIB seja de 5% ao ano, diz ele, haverá uma sobra de energia de 5 mil MW em 2014.

“Esta sobra só está ocorrendo porque ganhamos um ano de consumo com a crise econômica. Em 2009 houve forte retração e só agora a expansão da atividade econômica está fazendo com que retomemos os mesmos índices de 2008”, destacou. (AG)

Obra de Belo Monte terá Andrade, Camargo e Odebrecht, diz Eletrobras

(Rafael Rosas)

"Eu tenho certeza de que as empresas vão participar. Eu sei que elas estarão ao lado da OAS e da Queiroz Galvão. Mas com que pedaço cada um ficou e com o que vai ficar, se na casa de força principal, na casa de força auxiliar ou nos canais, não sei", frisou Muniz Lopes, que participa de evento promovido pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, no Rio de Janeiro. "Não podemos prescindir, se há condições de que participem, pela dimensão do projeto", acrescentou.

O executivo voltou a defender o processo de licitação executado pelo governo para concessão da usina e frisou que a Norte Energia, como empresa privada, pode contratar qualquer empresa para realização da obra, mesmo empreiteiras que participaram do leilão e não conseguiram vencer, caso da Andrade Gutierrez.

Muniz Lopes ressaltou que, por enquanto, as empreiteiras entrarão apenas para realizar a obra e que qualquer mudança futura no consórcio depende da cúpula da Norte Energia.

De acordo com o presidente da estatal, os contratos de outorga e concessão do empreendimento deverão ser analisados em reunião de diretoria e assinados amanhã.

Eletrobras e Queiroz Galvão vão construir usina na Nicarágua

No projeto, a Eletrobras vai entrar com 50% de participação. Os outros 50% ficarão a cargo da Queiroz Galvão. O investimento será de US\$ 700 milhões

O presidente da Eletrobras, José Antonio Muniz Lopes, disse hoje que a companhia iniciará em novembro a construção da hidrelétrica de Tumarim, na Nicarágua, de 250 megawatts (MW), a primeira da estatal fora do Brasil. No projeto, a Eletrobras vai entrar com 50% de participação. Os outros 50% ficarão a cargo da Queiroz Galvão. O investimento será de US\$ 700 milhões. Segundo ele, o projeto prevê que toda a energia gerada seja consumida na América Central.

Muniz afirmou ainda que dentro do processo de internacionalização da companhia, o superintendente da área internacional da Eletrobras, Sinval Gama, está hoje no Peru negociando o projeto de construção da hidrelétrica de Inambari. A usina será privada e deve contar também com a participação da empresa OAS. Ainda está sendo discutida a participação de cada sócio. A usina é a primeira de cinco que estão projetadas para serem construídas no Peru, com participação da Eletrobras e da estatal de energia peruana. Ao contrário da Nicarágua, onde a energia será consumida localmente, nas usinas peruanas há perspectiva de exportação do excedente para o Brasil.

Em entrevista durante seminário promovido pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, Muniz também destacou que a negociação que está sendo travada pelo representante da Eletrobras no Peru prevê um acerto sobre qual parcela deverá ser exportada para o Brasil. Se isso ficar acertado, haverá necessidade de construção de uma linha de transmissão ligando os dois países. "Estamos preocupados não só em investir, mas em viabilizar a integração energética na América Latina. É uma relação de ganha-ganha", afirmou Muniz.